

## TERRITÓRIO E POPULISMO DIGITAL: UMA VISÃO CIBERGEOGRÁFICA A PARTIR DO BOLSONARISMO

*Territory and digital populism: a cybergeographical view of bolsonarism*

*Territorio y populismo digital: una visión cibergeográfica del bolsonarismo*

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar<sup>1</sup>  
Wesley Ribeiro Cantão Silva<sup>2</sup>  
Márcia Sousa França<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo aborda o nascimento e o crescimento do bolsonarismo nas redes sociodigitais, assim como sua atuação e articulação política nos espaços virtuais compreendidos, conceitualmente, como ciberespaço e território digital, além do populismo digital e sua relação direta com este movimento. Adotando como recorte temporal o período entre as Jornadas de Junho de 2013 e as eleições presidenciais de 2018, a pesquisa parte, metodologicamente, de um levantamento sistemático da literatura especializada, sobretudo em relação aos descritores “ciberespaço”, “território digital”, “bolsonarismo” e “populismo digital”. A partir do diálogo com a literatura sociodigital e geográfica, identificamos que a figura de Jair Bolsonaro ascende nas redes digitais a partir do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ganhando visibilidade, por meio do populismo digital, e ampliando sua base eleitoral no ciberespaço, chegando, assim, à presidência da república em 2018.

**Palavras-chave** Ciberespaço. Território Digital. Bolsonarismo. Populismo Digital. Extrema-Direita.

**Abstract:** The article discusses the origin and development of Bolsonarism in socio-digital networks, as well as its action and political articulation in virtual spaces conceptually understood as cyberspace and digital territory, in addition to digital populism and its direct relationship with this movement. Adopting the period between the June 2013 protests and the 2018 presidential elections as a time frame, the research is based on a systematic survey of specialized literature, especially in relation to the descriptors “cyberspace”, “digital territory”, “Bolsonarism” and “digital populism”. Based on a dialog with socio-digital and geographic literature, we identified that the figure of Jair Bolsonaro rose on digital networks following

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia e Antropologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: breno.alencar@ifpa.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4896717603786046>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1194-8986>.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: wesley.ribeiro72@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1178325793288426>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-7092-0587>.

<sup>3</sup> Bacharel em Direito. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Belém, Pará, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1190876093602242>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-3492-4696>.

the impeachment of former president Dilma Rousseff, gaining visibility through digital populism and expanding his electoral base in cyberspace, thus reaching the presidency of Brazil in 2018.

**Keywords:** Cyberspace. Digital Territory. Bolsonarism. Digital Populism. Extreme Right.

## Introdução

A última década no Brasil foi marcada por sucessivas crises, entre elas econômica, política e institucional, que resultaram em grandes manifestações sociais, a exemplo de junho de 2013, *impeachment* e uma polarização política que atravessa todos os campos sociais. Diante da expansão da internet para fins políticos, este contexto da política brasileira propiciou não só a organização de manifestações democráticas por meio das plataformas digitais, mas a ascensão de grupos conservadores e ligados a uma nova direita que estava se constituindo naquele período.

Foi neste contexto que ascendeu à presidência da república o ex-militar e deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que obteve quase 58 milhões de votos nas eleições majoritárias de 2018. Bolsonaro ganhou grande visibilidade na mídia através do que Schwarcz (2019) define como “populismo digital”, especialmente nas mídias digitais, em particular as redes sociodigitais mais populares como *Facebook* e *WhatsApp*, ou seja, no ciberespaço, onde expandiu sua base eleitoral e, conseqüentemente, chegou ao cargo de presidente da república em uma eleição totalmente polarizada.

Por meio da difusão de notícias falsas nas redes sociais, também conhecidas como *fake news*, discursos violentos contra seus opositores e medidas superficiais para resolver as problemáticas sociais que assolam a população brasileira, Bolsonaro e seus apoiadores fizeram das redes sociodigitais uma verdadeira ferramenta política de articulação e organização, visando defender seus interesses políticos, econômicos e uma cosmovisão de mundo autoritária e conservadora, criando territorialidades subjetivas e espaciais (MALHEIRO, 2023).

A partir de inquietações e reflexões teórico-conceituais acerca do ciberespaço e sua utilização como ferramenta política, este trabalho, que tem origem em um projeto de iniciação científica desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura do Instituto Federal do Pará, propomos discutir a relação das mídias digitais, com ênfase para as redes sociais, com o “bolsonarismo”, base eleitoral de Jair Bolsonaro. A partir do diálogo com a Geografia Política e com a Geografia da Internet, discutiremos como o ciberespaço, uma

totalidade virtual, ao ser apropriado por determinados grupos sociais, passa a ser compreendido como território digital (DUARTE, 1999).

Com este objetivo dividimos o artigo em quatro seções. Na primeira, retratamos a influência das Jornadas de Junho para a ascensão do bolsonarismo e a instauração do caos político no Brasil. Na segunda seção, faremos uma rápida discussão sobre a gênese do ciberespaço em uma perspectiva geográfica. Na terceira seção, discutiremos como se dá a formação do território digital a partir de suas características geográficas. Nesta seção, debateremos a relação do espaço virtual – território digital – e sua relação com o populismo digital expressado pelo bolsonarismo. Na quarta e última seção, mergulharemos na discussão acerca do bolsonarismo, a antriestrutura, sua aversão a projetos sociais e seus impactos para a democracia brasileira.

## Metodologia

Este trabalho parte da perspectiva de que o ciberespaço não está desprovido de uma materialidade técnica, ou seja, de que qualquer pesquisa relacionada a rede mundial de computadores deve ter como fundamento a compreensão de que não há uma ruptura entre o material e o imaterial, reconhecendo que esses domínios estão intrinsecamente interligados (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Inicialmente, realizamos levantamento bibliográfico com vistas a compreender os principais conceitos do trabalho, sendo eles: “ciberespaço”, “território digital”, “bolsonarismo”. Além disso, seguiremos a perspectiva geográfica para discutirmos a relação das redes sociodigitais e o bolsonarismo, uma vez que o ciberespaço não é um espaço paralelo ao espaço geográfico, mas, sim, um espaço que surge a partir da espacialização da técnica geoespacializada fisicamente (ISRAEL, 2021).

Buscamos, por meio da seleção da literatura, nos orientar na compreensão do bolsonarismo a partir de uma abordagem cibergeográfica, articulando diversos autores do campo das ciências humanas, sobretudo da geografia, antropologia, ciência política e comunicação. Nesta etapa, reunimos textos que nos possibilitaram cristalizar a discussão a qual está sendo proposta pela pesquisa.

Nesse sentido, autores como Israel (2021), Duarte (1999), Schwarcz (2019) e Cesarino (2019) foram mobilizados para dialogar diretamente com o estudo, pois suas contribuições acadêmicas nos auxiliaram no percurso teórico da investigação. Tais autores são dos mais

diversos campos das ciências humanas, todavia, se encontram e se complementam teoricamente nos estudos relacionados à política e o digital.

Em um segundo momento, procedemos à leitura de todos os textos selecionados, os quais englobam livros e artigos. Esta etapa envolveu a elaboração de fichamentos, seguindo as contribuições metodológicas de Minayo, Deslandes e Gomes (2011) no contexto da pesquisa social. Posteriormente, os fichamentos foram armazenados em um banco de dados e utilizados para orientar a escrita do trabalho.

Durante todo o processo de investigação e escrita, seguimos um horizonte cibergeográfico para explicar o bolsonarismo e sua relação com o ciberespaço, entendido como território digital a partir de suas características geográficas, as quais alicerçam a questão conceitual e o entendimento do conceito de território.

### **Das jornadas de junho ao bolsonarismo**

As Jornadas de Junho 2013 foram grandes manifestações sociais que alteraram os rumos e a dinâmica da política brasileira, representando, na visão de Pinheiro-Machado (2019), uma das maiores manifestações populares da virada do século XX, marcando fortemente a história do Brasil contemporâneo, considerando que a mesma foi responsável por reunir milhares de pessoas que tomaram as ruas do país reivindicando pautas sociais diversas.

Estas manifestações tiveram forte influência de outras mobilizações políticas que aconteceram ao redor do mundo, especialmente a Primavera Árabe, a qual se deu por um conjunto de levantes e manifestações populares ocorridas em vários países do Oriente Médio, majoritariamente em sua parte Ocidental, e no norte da África, entre os anos de 2010 e 2012.

A Primavera Árabe trouxe grandes mudanças para o Oriente Médio e influenciou outras mobilizações ao redor do mundo, como as greves gerais que aconteceram na Grécia em decorrência de pautas econômicas contrárias à população, ao Movimento 15M na Espanha e aos movimentos sociais que vieram a eclodir em junho de 2013 no Brasil (OLIVEIRA, 2020).

Embora situada temporalmente em junho, as jornadas de 2013 se estenderam ao longo daquele ano, sendo tratadas até aquele momento como uma manifestação legítima e democrática. Os manifestantes pediam por mais investimentos na educação, saúde e segurança pública, e, o mais marcante entre as reivindicações: a diminuição de 20 centavos nas tarifas de metrô e ônibus, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro.

A presidente à época, Dilma Rousseff (PT), passou a ser alvo de críticas dos manifestantes, tornando-se pauta recorrente nos protestos, recebendo críticas pelos gastos do Governo Federal com a Copa do Mundo que viria acontecer no ano seguinte, além de acusações de corrupção envolvendo seu governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados políticos.

O ano de 2014 é crucial para se entender as consequências das jornadas de junho como um marco na crise institucional a qual a democracia brasileira começou a enfrentar. Isso se deu, em um primeiro momento, por meio das eleições presidenciais daquele ano, uma vez que o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, não aceitou sua derrota para então candidata à reeleição, Dilma Rousseff, e passou a contestar a segurança das urnas eletrônicas, pedindo a recontagem dos votos.

Tal acontecimento seria apenas o começo dos ataques contra o sistema eleitoral, que se intensificou ao longo dos anos seguintes, causando sua fragilidade frente aos movimentos conservadores ligados à extrema-direita, tendo o bolsonarismo como um exemplo.

Ainda em 2014, movimento como o Vem Pra Rua, com origem à esquerda do espectro político brasileiro até o ano anterior, logo teve seu slogan usurpado pelos manifestantes mais conservadores (PINHEIRO-MACHADO, 2019), eclodindo, assim, em manifestações em várias partes do país, em especial em São Paulo.

Foi nessa conjuntura que a democracia brasileira passou a ser atacada, ainda que de forma tímida, por alguns manifestantes que ocupavam as ruas nos anos de 2014 e 2015. Placas pedindo intervenção militar já eram vistas com mais frequência por manifestantes que passaram a utilizar a blusa da seleção brasileira de futebol como uniforme e pediam o *impeachment* de Dilma Rousseff. Esse movimento também ganhou as mídias digitais, se popularizando através de blogs, memes, vídeos e trocas de mensagens em grupos ligados à direita.

Um dos beneficiados com esse novo cenário e que progressivamente se consolidava na política brasileira foi o até então ex-militar, acusado de terrorismo e deputado federal pertencente ao chamado “baixo clero” do Congresso Nacional, Jair Messias Bolsonaro, que sob apoio de grupos como Movimento Brasil Livre e radicais de direita, ganhou popularidade nas redes sociais, aproveitando-se do populismo digital para fortalecer sua base eleitoral.

Esse movimento político, que viria a ser denominado de bolsonarismo, foi fortemente influenciado não só por junho de 2013, como também pelo caos político que se instalou nos

anos posteriores às jornadas. A ascensão de Bolsonaro possibilitou não só que suas pautas ocupassem o centro do poder, mas também o imaginário popular por meio das redes digitais.

As jornadas brasileiras se inserem em um contexto de avanços nas redes sociais, permitindo novas formas de articulação política, intermediadas pela direita, que se aproveita desse cenário e lançam candidatos que antes não possuíam lideranças na política nacional, embora estivessem inteiramente interligados, como Jair Bolsonaro.

Desse modo, é nítido a correlação entre as mobilizações efervescentes no país com as estratégias da extrema-direita em dominar o poder nacional. Pois, passaram a ocupar as lacunas deixadas pela esquerda nos movimentos sociais cujas pautas situavam em igualdade e justiça social, agora movidas pelo ódio e intolerância, dentro de vieses antidemocráticos.

Assim, diante desse momento de inflexão na história é que movimentos de extrema-direita se fortalecem, sobretudo através das redes sociais *Facebook* e *Twitter*, espaços, a princípio, com limitado controle institucional, favorecendo, de certa forma, a atuação desses grupos.

Nesse sentido, aqueles protestos tornam-se o estopim para a ascensão do bolsonarismo, que utilizou das pautas e indignação dos manifestantes para o fomento de sua política populista nas plataformas digitais. A ideia de um povo insatisfeito parece ter contagiado o imaginário social para potencializar a retomada da direita ao poder, que apesar da inexistência de uma proposta construtiva de governo, potencializa-se por meio de estratégias de enfrentamento operacionalizada nas redes sociais, como *deepfake*, *fake news*, algoritmos etc.

Portanto, as entrelinhas das Jornadas de Junho permitem identificar a origem e a evolução desta nova política em comento, isso porque as variáveis que se apresentam convergem para aspectos relacionais em comum, as prováveis necessidades de rumos na política brasileira, que passam a catalisar sentimentos já presentes da sociedade, influenciando os rumos da turbulenta década seguinte.

### **Ciberespaço: origem, conceito e sua espacialidade material**

O termo ciberespaço teve origem em 1984, ganhando notoriedade a partir do trabalho do romancista americano-canadense, William Gibson, em seu clássico livro de ficção científica *Neuromancer* (GIBSON, 1984). Nas ciências humanas o termo passou a ser debatido nos anos 1990 principalmente pelas mãos de pesquisadores como Escobar (1994) e

Levy (1996), se expandindo para outras áreas do conhecimento. No que se refere ao debate em uma perspectiva geográfica, o ciberespaço foi abordado pela primeira vez em 1993 pelo geógrafo britânico Michael Batty na revista *Environment and Planning B: Planning and Design*.

Partindo de uma perspectiva geográfica, sob o prisma da Geografia Política, conceitos como ciberespaço e território digital são essenciais para a compreensão desta pesquisa, contribuindo para nossa investigação em relação ao bolsonarismo, tais como seu crescimento e suas articulações dentro dos espaços virtuais.

Israel (2021) aponta que o ciberespaço não é um espaço paralelo ao espaço material, tampouco um espaço superior ou transcendente, mas sim um espaço produzido a partir da materialidade técnica presente no espaço material. Assim, compreende-se o ciberespaço como um espaço virtual fruto de um objeto técnico material (a rede mundial de computadores, ou Internet), o qual precisa de uma espacialização no espaço geográfico para sua existência, seja de cabos, fios, computadores, roteadores etc., não sendo possível existir sem esse conjunto técnico que possibilita a conectividade (ISRAEL, 2022).

No que se refere a questão técnica mencionada acima, Milton Santos já pontuava em seus estudos sobre o espaço geográfico que “a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares” (SANTOS, 1994, p. 63).

Nesse contexto, este estudo parte da abordagem do ciberespaço defendida por Israel (2021) entendendo-o como um espaço virtual proporcionado pelas redes de telecomunicações, apresentando-se como um espaço de comunicação, relações sociais, culturais e políticas (MONTEIRO e PICKLER, 2007).

Dito isso, entendemos que as relações que acontecem dentro do ciberespaço possuem influências socioculturais da dimensão material, ou seja, influências dos espaços físicos e concretos, possibilitando um “transporte” das relações do espaço material para o espaço virtual, ou vice-versa, reforçando ainda mais a ideia da qual o espaço virtual está diretamente associado ao espaço material e não são separados por conta de suas dimensões (NOGUEIRA e VAS, 2019).

No âmbito do fazer político, entendemos que, embora o ciberespaço tenha sua importância para ser um “ativador” ou “mobilizador” dos espaços políticos, é na materialidade física dos espaços geográficos que a luta política se faz primordialmente

(AZEVEDO e BRULE, 2021). Essa lógica é essencial para a compreensão da pesquisa, sobretudo no que será exposto mais à frente em relação às articulações de extremistas bolsonaristas dentro do ciberespaço.

### **Território e populismo digital**

A abordagem do território digital segue a mesma lógica do ciberespaço, não sendo algo independente do espaço material, ao contrário, ele precisa dessa espacialização técnica presente no espaço geográfico para existir, como mencionado anteriormente. É importante mencionar que o território digital não é visto como separado do ciberespaço e sim como algo produzido a partir desse espaço, atrelado diretamente à relação de poder e às relações sociais, políticas, culturais e econômicas existentes dentro do ciberespaço (BICALHO, 2016).

Assim, a dominação e apropriação da internet, isto é, do objeto técnico espacializado, forma o território digital, levando em consideração que partimos da percepção geográfica do espaço material e da dominação do mesmo por forças hegemônicas. Consequentemente, a dominação do espaço virtual, dado que a técnica produz o ciberespaço, desencadeia a produção do território digital em duas dimensões: material e imaterial.

Tais relações presentes no território digital cria conflitos em seu interior por meio dos atores e grupos que integram esse espaço (CASTRO, 2005), tendo em vista que esses indivíduos passam a defender seus interesses políticos, econômicos e ideológicos, expressando suas territorialidades virtuais (FRAGOSO: REBS; BARTH, 2011)

Essa nova abordagem de território está sob domínio de grandes potências hegemônicas que controlam a técnica e a informação, exercendo forte influência sobre esses espaços, a exemplo dos Estados Unidos, que detém 10 dos 13 servidores *Domain Name System (DNS)*<sup>4</sup>, produzindo forças verticais e articulações horizontais (ISRAEL, 2022).

O ciberespaço também está ligado a uma questão jurídica, segundo a qual o controle da virtualidade compreende normas e regras de convívio societal. Pode-se citar exemplos das redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, que territorializam-se em países para além de suas fronteiras geográficas, levando consigo suas normas extrajurídicas a esses novos territórios, os quais estão territorializando-se (ISRAEL, 2020). Tais normas são aceitas em seus países de origem; todavia, são normas que podem não ser aceitas nos países para os quais

---

<sup>4</sup> Em português, Sistema de Nomes de Domínio.



elas são exportadas, fragilizando a soberania local dos países sobre o uso da internet e de seus espaços virtuais (ISRAEL, 2020).

Duarte (1999) vê no ciberespaço a possibilidade de formação de comunidades e grupos no qual os sujeitos que integram esse espaço não necessitam se conhecer fisicamente para trocar ideias, informações e experiências, logo, podendo organizar-se politicamente em prol de interesses políticos, ideológicos, culturais e econômicos que sejam semelhantes aos seus. Tal possibilidade de formação de grupos e comunidades no espaço virtual apontadas pelo autor, propiciou Jair Bolsonaro e sua base eleitoral, o bolsonarismo, a se aproveitarem das plataformas digitais frente aos seus interesses políticos e ideológico.

Assim, a presença de Bolsonaro nessas plataformas precede as eleições gerais de 2018, visto que sua popularidade já era bem expressiva em anos anteriores, o que demonstra que seu nome já vinha reverberando entre uma parcela significativa de seguidores e possíveis eleitores, aumentando significativamente nas eleições que o tornaram presidente.

Bolsonaro se utilizou estrategicamente do discurso simples para resolver problemas complexos, visando, evidentemente, se aproximar de sua base eleitoral que estava se formando: pessoas comuns que estavam à procura de um político “comum” e que também falasse igual a elas, representando assim seus anseios (OLIVEIRA e MAIA, 2020).

Outra estratégia utilizada por Bolsonaro para ampliar sua visibilidade nas redes sociais nos anos anteriores a 2018, foi se opor diretamente ao chamado “politicamente correto”, noção muito presente no discurso das alas mais progressistas no período que coincidiu sua ascensão nas redes sociais, tendo um fervoroso debate em relação a temática.

Como aponta Oliveira e Maia (2020), o politicamente incorreto foi inserido na sociedade brasileira por meio de humoristas favoráveis a esta forma de fazer “humor”. Percebendo isso, Jair Bolsonaro se utilizou dessa aversão ao politicamente correto para fins eleitorais, declarando-se abertamente, por meio de suas redes sociais, como um adepto a este emergente movimento da década passada. Críticas à esquerda, ao Partido dos Trabalhadores (PT), discursos alarmistas e moralizantes já eram frequentes nas publicações de Jair Bolsonaro antes de sua chegada à presidência da república, tendo números expressivos de curtidas, comentários e compartilhamentos, o que mostra uma notoriedade já estabelecida.

Na figura abaixo, extraída diretamente do perfil oficial de Bolsonaro, temos um claro exemplo disso:

Figura 1 – Publicação de ataque ao PT



Fonte: Página oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook*

A publicação foi realizada no dia 17 de agosto de 2014 na página oficial no *Facebook* do ex-presidente da república, contando com mais de 19 mil curtidas, 676 comentários e 6222 compartilhamentos. A quantificação da publicação nos dá uma noção da popularidade de Bolsonaro no *Facebook*, especificamente. Assim, já se percebe a presença de um discurso populista e estratégico: um certo alarmismo ao enfatizar o suposto roubo da liberdade, e na alocação do antipetismo que já vinha ganhando forças.

Mais uma vez, o *Facebook* pode ser visto com uma plataforma de forte presença de Bolsonaro. Essa notoriedade na referida plataforma digital pode ser percebida com a página Bolsonaro Zuero 3.0, administrada por admiradores do ex-presidente, a qual foi criada em 14 de novembro de 2013, contando com quase 500 mil seguidores até o ano de 2015 (RIBEIRO; LASAITIS; GURGEL, 2016).

O avanço de figuras políticas e grupos com discursos e práticas autoritárias, portanto, têm na figura de Bolsonaro uma expressão do que viria a se consolidar e se intensificar nos anos seguintes afetando cada vez mais no atual cenário político global, com origem e repercussão no ambiente virtual nos anos imediatamente anteriores a 2018. Trata-se de um rede articulada de grupos dentro das redes sociodigitais cuja organização no ciberespaço, por meio de pautas ofensivas a grupos minoritários, teorias da conspiração, negacionismo

5

Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.250567771758883/353481994800793/> Acessado em: 24 abr. 2024.

científico, ataques ao processo eleitoral ao modelo de democracia representativa com raízes espalhadas por diversos países do mundo.

No âmbito de análise global, a Geopolítica nos permite analisar a atual conjuntura do cenário internacional a partir da ascensão de uma direita populista, digitalizada e contemporânea, como investiga Teitelbaum (2021). Ao fazer um estudo etnográfico em diferentes escalas geográficas com alguns dos principais expoentes da extrema direita contemporânea, o autor aponta os seguintes nomes: 1 – Alexandr Dugin, na Rússia; 2 – Steve Bannon, no Estados Unidos; e 3 – Olavo de Carvalho, no Brasil.

Nesse estudo, Teitelbaum percebe a articulação desses líderes extremistas e suas atuações em seus respectivos países, sobretudo o populismo, aqui, compreendido a partir do supracitado populismo digital, evidenciando forte atuação dentro das redes digitais no intuito de cooptar e influenciar usuários conectados em redes e que passaram a acompanhar essas figuras de extrema direita, aderindo e defendendo pautas tradicionalistas, antidemocráticas e conspiratórias encabeçadas por eles.

Por populismo digital, entendemos como uma nova forma de fazer política a partir da integração das redes digitais na sociedade, a qual políticos com discursos autoritários atacam as instituições democráticas, a imprensa livre e aos intelectuais, vendendo-se como novo e diferente de tudo que já foi testado, aproveitando-se da dinâmica das redes digitais para aumentar sua base eleitoral (SCHWARCZ, 2019).

Frente ao populismo digital de Jair Bolsonaro, o qual explicitamos anteriormente com o exemplo do *Facebook*, percebemos constantes ataques a professores, universidades públicas, imprensa, intelectuais, especialistas e a classe artística. O intuito é fortalecer sua base eleitoral por meio da acusação de que esses grupos são inimigos, estão do lado da mentira e de tudo que há de pior, enquanto o lado oposto, logo, o da direita e, evidentemente, o seu próprio lado, como o lado certo, o lugar da verdade e da moralidade (CESARINO, 2019). Desta maneira, a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, especialmente a de 2018, foi baseada em conteúdos alarmistas, conspiratórios e acusatórios na intenção de esvaziar o debate público e constituir-se como populista para o grande público (CESARINO, 2019).

Essa nova forma de fazer política, a partir da inserção das mídias digitais na sociedade brasileira, não se limitou apenas às eleições gerais de 2018, (re)aparecendo nas eleições de 2022 ao ser utilizada por Jair Bolsonaro, políticos aliados e pelo próprio bolsonarismo com o intuito de influenciar, novamente, o processo eleitoral.

## **Bolsonarismo e antiestrutura**

Como vimos, é na crise do segundo governo da ex-Presidente Dilma Rousseff que o fenômeno do bolsonarismo emerge na conjuntura política brasileira. Seu entrelaçamento com a extrema direita nacional desencadeou uma nova agenda de ataques às instituições e direitos sociais, de intolerância à pluralidade cultural e de enfraquecimento à democracia sob a ameaça de golpe por intervenção militar. Com efeito, conforme observa Souza (2020, p. 49-50):

a eleição e os primeiros anos do governo Bolsonaro indicam a tentativa de romper com o dilema neoliberalismo/neodenvolvimentismo, estabelecendo uma proposta de mais “neoliberalismo”, agora modulado dentro de uma retórica autoritária, muitas vezes entrelaçadas com características neofacistas.

Portanto, o bolsonarismo com o viés antidemocrático entra em cena e subverte a democracia brasileira, que se apresenta superficial e dominada em todos os aspectos do imaginário-simbólico e material pela barbárie das narrativas negacionistas e conspiratórias cujas propagações se devem, principalmente, às plataformas e aos usuários das mídias digitais. Nessa arena do on-line, o discurso de ódio rapidamente se difunde, inaugurando a era da desinformação.

Por suas características, o bolsonarismo não deixa de representar uma anomia social, pois seus atributos se desvencilham do interesse público, com traços significativamente autocráticos que se distanciam das aspirações democráticas. Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 66-69): “líderes antidemocráticos são muitas vezes inidentificáveis antes de chegarem ao poder”. Contudo, os autores propõem quatro parâmetros, se corretamente observado, poderá fornecer pistas contundentes de tendências autoritárias, os quais se resumem em: “um compromisso débil com as regras do jogo democrático [...]; negação da legitimidade dos oponentes [...]; tolerância ou encorajamento à violência [...]; uma tendência a restringir liberdades civis de rivais e críticos” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 66-69).

Esses sinais, como são chamados pelos autores, são perceptíveis no bolsonarismo, como bem observa Rennó (2022, p. 153): “O bolsonarismo encontra ambiente fértil para se enraizar em consonância com as preferências políticas da população. Isso reforça no significativo apoio da população a soluções antidemocráticas e críticas da democracia”.

Daí resulta duas emblemáticas constatações do caráter autoritário e golpista do bolsonarismo, que ganham manchetes nas redes sociodigitais e canais oficiais de

comunicação: ataques ao processo eleitoral e compartilhamento da ideia de golpe militar. O mesmo pode verificar-se com o lamentável acontecimento do dia 08 de janeiro de 2023, em que se presenciaram atos golpistas nas sedes dos três Poderes, sinais inequívocos que realçam a ideia de que o bolsonarismo é antidemocrático. A essa interpretação temos a contribuição de Rocha (2023, p. 4): “De fato, aceitar a derrota da candidatura que defendemos é condição *sine qua non* do processo democrático. Em contrapartida, não aceitar a vitória do outro é o primeiro passo adotado em aventuras golpistas”.

Esse resultado negativo que envolve o bolsonarismo, cristaliza-se quando suas estratégias adotam uma retórica de demonização ao oponente. Tudo isso se torna claro nos discursos de ódios, repletos de armadilhas moralizantes, com jargões como “subversivos”, “antidemocráticos” etc. Com efeito, um arsenal de *fake news* para deslegitimar o outro, criando uma lógica que Rocha (2023, p. 37) interpreta como: “o jogo só possui lisura se o time deles ganha o campeonato, em um vale tudo que envolveu terrorismo doméstico”.

Além disso, o bolsonarismo produz uma violência simbólica e real aqueles outros que travam uma batalha ideológica contrária. Em outras palavras, seus produtos digitais estão repletos de objetos meméticos, como gestos de arminhas e de metralhar, criando um imaginário de aniquilamento do adversário, que nas redes sociodigitais se constituiu numa força poderosa para instrumentalizar o ódio e o ressentimento coletivo.

Por isso, instalou-se um terrorismo político entre as massas digitais, que Rocha (2021) vai denominar como “o paradoxo da guerra cultura bolsonarista”, pois o entrincheiramento das ideias criou efeitos catastróficos nos aspectos relacionais da política brasileira, apesar de se constituir como eficiente no avanço da extrema direita na máquina governamental.

Por todas essas razões o bolsonarismo em suas bases se estabelece em campo oposto à democracia, sendo um movimento que almeja o retorno a um passado sombrio da política brasileira, com apologia à ditadura e torturadores. É isso que nos chama a atenção, uma narrativa entrelaçada de imaginários antidemocráticos, repleta de crenças conspiratórias e retóricas de ódio, instrumento de degradação humana:

Nós somos a maioria. *Nós* somos o *Brasil* de verdade.

[...]

Petralhada, vai tudo vocês pra *ponta da praia*. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma *limpeza* nunca visto (sic) na história do Brasil (AZEVEDO, 2020 apud ROCHA, 2021, p. 114).

Nesse contexto, Cesarino (2022) vai interpretar o bolsonarismo como uma antiestrutura chamando atenção para a obra de Turner, *O Processo Ritual*. Assim, a autora se distancia de uma abordagem do fenômeno enquanto causalidade, própria da visão linear e determinista, apegando-se ao caráter não linear da antiestrutura para uma análise de convergência. Como bem salienta Cesarino (2022, p. 27): “Via de regra, no Ocidente aprendemos a ver o mundo segundo uma visão linear e determinista. Já as perspectivas de viés sistêmico, embora sempre estivessem presentes na história moderna, tendem a ocupar posições marginais”.

Em torno dessa interpretação, dificilmente se pode escapar das acirradas polarizações dos discursos ou das ações, que coexistem enquanto avesso, pois a crise da democracia, enquanto estrutura, e de suas metalinguagens abriu uma fenda que possibilitou o triunfo do negacionismo, do extremismo e da antiestrutura que flutua à margem pela inversão da ordem.

Daí a importância do estudo do bolsonarismo enquanto antiestrutura, pois, diferentemente de um ritual, em que a antiestrutura criada momentaneamente, que interrompe os laços de “caráter jurídico e político da estrutura [...] em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre indivíduos convertem-se em relações governadas por normas, entre pessoas sociais” (TURNER, 1974, p. 161).

Contudo, a antiestrutura do bolsonarismo não possui a função de restaurar a democracia, pois não se trata de um processo simbólico de ritual de passagem, enquanto um totem corrompido, não pretende vencer a crise e fortalecer a estrutura, seu populismo apregoa uma verdade pautada num projeto autoritário de permanência e de suplantação do Estado Democrático de Direito.

Os acontecimentos sociais da vida na estrutura exigem regramento. Na antiestrutura, diferentemente, abre-se um espaço liminar que separa o indivíduo dessas exigências, pois se trata de uma fase transitória. Aliás, na liminaridade o indivíduo “deve ser uma tabula rasa, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo (TURNER, 1974, p. 127). De fato, as massas digitais estão sempre ávidas pelas informações disseminadas pelas *fake news*, que replicarão sem reflexão os conteúdos digitais como se fosse uma verdade.

Com isso, contribuíram espontaneamente para a propagação do populismo e conspiracionismo presente no bolsonarismo, fenômeno condicionado pelas novas mídias, pois para Cesarino (2022, p. 62) elas são capazes de fazer que: “os usuários das plataformas se sintam mais livres e soberanos exatamente lá onde estão sendo mais influenciados”.

A antiestrutura, portanto, é estar fora do sistema. Decerto, estão contidos nela os aspectos antidemocráticos abordados alhures. Cesarino (2022, p. 75) declara que:

o governo Bolsonaro é e não é o retorno dos generais do Regime Militar de 1964. A irrupção da antiestrutura não vem de fora do sistema, mas tampouco se dá exatamente da mesma forma que antes. Os repertórios antiestruturais nunca são totalmente novos, contudo, são recuperados a partir do “arquivo mimético” (MAZZARELLA, 2017) latente que havia sido subsumido pelas ortodoxias vigentes num ciclo histórico anterior.

É interessante prestar a atenção ao fenômeno das redes sociodigitais e sua lógica do algoritmo no bolsonarismo, que, repentinamente, passaram a proliferar objetos meméticos e *fake news* em ritmo vertiginoso. Pois, a resposta primeira e imediata é acreditar na sua neutralidade, e que se trata de um instrumento que em si mesmo não tem preferências, portanto, incapazes de serem responsáveis por efeitos indesejados promovidos pela extrema direita brasileira na plataformização.

Porém, Cesarino (2022, p. 87-88) permite inferir que: “a atual infraestrutura das novas mídias possui um viés político, e que esse viés é favorável à direita iliberal, aos conspiracionismo e às demais forças antiestruturais que ressoam em seu entorno”. Por isso, a importância de um senso crítico para compreender a lógica e a funcionalidade do bolsonarismo, pois a trama possui forças invisíveis dinamizando seu estado de permanência.

Podemos concluir que os efeitos da significação do movimento bolsonarismo sempre nos remetem a aspectos da antiestrutura, que rompem a espacialidade da democracia. Há muitos motivos para admitirmos isso, pois o bolsonarismo não deixa de ser uma emergência de regime totalitário, por muito pouco, a massa enfurecida não criou as condições ideais para a implantação de uma ditadura, quando tomou os três Poderes. De fato, após a derrota nas eleições de 2022 apelou-se à violência. Para Ortega y Gasset (2016, p. 148), a massa sempre radicaliza de forma subversiva:

A civilização não é outra coisa senão uma tentativa de reduzir a força à *última ratio*. Agora começamos a ver isso com clareza de sobra, porque a “ação direta” consiste em inverter a ordem e proclamar a violência como *prima ratio*, a rigor, como única razão. Ela é a norma que propõe a anulação de toda a norma, que suprime toda intermediação entre nosso propósito e sua imposição. É a *Charta magna* da barbárie. [...]

Esse sempre foi o modo de operar natural das massas.

Decerto, existem, sim, preferências históricas que fazem o bolsonarismo trilhar ideais políticos distantes dos valores democráticos. Seu slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” remete ao conceito hegemônico também buscado por Mussolini: “tudo pelo Estado; nada fora do Estado; nada contra o estado” (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 201). O que tem lugar no nacionalismo fascista, também cria forma no bolsonarismo, suas bandeiras e gestual meméticos são típicos de movimentos antidemocráticos.

Portanto, para Gonçalves (2020, p. 221): “Alguns traços unem o governo Bolsonaro e o fascismo histórico: o conservadorismo, o anticomunismo, o uso das teorias de conspirações e a visão de mundo baseada na diferenciação entre amigos e inimigos”.

Certamente, líderes antidemocráticos deixam rastros, o lema “Deus, Pátria, Família” é expressão inequívoca do arsenal simbólico e político do populismo de direita e de extrema-direita que apresentam vários disfarces como a intolerância, o conspiracionismo e o negacionismo.

Assim, surge uma questão: até que ponto o ciberespaço contribui para o avanço desses movimentos de natureza neofascistas? Se as novas mídias constituem terreno fértil para promovê-los, exige-se coragem para impô-las limites, de tal forma que seus usuários não invadam o espaço do outro com desinformações e/ou pseudociências com o intuito de feri-lo em sua dignidade:

A atmosfera de medo criada pela enxurrada de narrativas conspiratórias e relatos de efeitos adversos e mortes pós-vacina (incluindo vídeo de crianças mortas ou convulsionando) no Telegram, Whatsapp ou YouTube empurrava pessoas já vacinadas e pais assustados para os serviços oferecidos por esses médicos no Instagram (CESARINO, 2022, p. 264).

### **Considerações finais**

Foi possível observar que o ciberespaço é uma totalidade virtual e, ao ser apropriado pelo bolsonarismo, especificamente, é entendido como um território digital, dado suas concepções geográficas.

As Jornadas de Junho de 2013 propiciaram não só o surgimento de políticos populistas e com discursos autoritários, mas a inserção de movimentos políticos ligados ao campo da direita do espectro político na sociedade brasileira. Nessa onda emergente de surgimentos desses grupos, o bolsonarismo é um dos exemplos mais expressivos e emblemáticos os últimos anos.

A literatura aponta que o território digital é um espaço que emerge a partir do



ciberespaço, assim como das características de poder, controle e dominação, favorecendo a atuação de figuras e grupos políticos que se aproveitam da integração das mídias digitais na sociedade para consolidar-se como populistas digitais.

Jair Bolsonaro foi uma das principais figuras a qual aproveitaram-se desse dinamismo das redes digitais para popularizar sua imagem e chegar ao centro do poder, assim como o movimento político que emergiu a partir de sua atuação e popularização, o bolsonarismo. No *Facebook*, a presença de Bolsonaro e do bolsonarismo já eram expressivas nos anos anteriores as eleições gerais de 2018, demonstrando que suas pautas já estavam reverberando bem antes de sua chegada a presidência da república.

Entendido como um movimento de extrema direita, defensor de pautas conservadoras e nacionalistas, foi possível pontuar que bolsonarismo se difere da direita tradicional brasileira, sobretudo aquela que antecede a década de 2010, como aponta Rennó (2022), desse modo, representando uma antriestrutura.

Acompanhado de um discurso violento e falacioso em vários aspectos, o bolsonarismo aproveitou-se da dinâmica das redes digitais para organizar-se politicamente, atacar constantemente grupos minoritários e os direitos humanos (MUSSUCHIN, 2021), além de utilizar *fake news* como uma ferramenta política para falsificar relatos, inventar ou alterar os fatos em larga escala dentro das mídias digitais.

Essa presença de Jair Bolsonaro e sua base eleitoral se consolidaram-se nas eleições de 2018, a qual Bolsonaro e o bolsonarismo espalharam mentiras de forma sistemática para o grande público, resultando na vitória de Jair Bolsonaro com 51,89% dos votos válidos, contra 48,11% de Fernando Haddad (TSE, 2018).

Tal situação não ficou restrita às eleições de 2018, reaparecendo nas eleições de 2022 com maior intensidade no território digital e na conjuntura política como um todo, polarizando e desestabilizando ainda mais o cenário político, o processo eleitoral e a democracia brasileira. Isso se evidencia principalmente por conta da invasão frustrada aos três poderes em 08 de janeiro de 2023, a qual enfatiza a consolidação do bolsonarismo não só no território digital, mas também na espacialização dos espaços geográficos físicos.

## Referências

- AZEVEDO, Daniel Abreu de; BRULE, David Melo van den. Ciberespaço é a nova panaceia da democracia? **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 20, p. e20009, 2021.
- BICALHO, Maria Gabriela Parenti; MORAIS, Rossana Cristina Ribeiro. Ciberespaço e território: construção de uma discussão interdisciplinar. **PerCursos**, v. 17, n. 34, p. 05-23, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.
- CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2005.
- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubo Editora, 2022.
- CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. **VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, 2019.
- DUARTE, Fábio. Democracia no território digital. **Comunicação & Educação**, n. 14, p. 27-32, 1999.
- ESCOBAR, Arturo et al. Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture [and comments and reply]. **Current anthropology**, v. 35, n. 3, p. 211-231, 1994.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.
- FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani Ludmila. Territorialidades virtuais: Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **MATRIZES**, v. 5, n. 1, p. 211-225, 2011.
- GIBSON, William. Neuromancer (1984). In: **Crime and Media**. Routledge, 2019. p. 86-94.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **Fascismo à brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- ISRAEL, Carolina Batista. **Redes digitais: espaços de poder: por uma geografia da Internet**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376p.
- ISRAEL, Carolina Batista. Território, jurisdição e ciberespaço: entre os contornos westfalianos e a qualidade transfronteiriça da internet. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 69-82, 2020.
- ISRAEL, Carolina Batista. Um excursão sobre a Geografia da Internet e do ciberespaço: revisitando os legados teóricos. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 221-236, 2021.

LEVITSKY, Steve; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. Essai sur la cyberculture: l'universel sans totalité. **DiversCité Langues**, v. 1, 1996.

Malheiro, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo**: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2023.

MONTEIRO, Silvana Drumond; PICKLER, Maria Elisa Valentim. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2007.

NOGUEIRA, Cássio Cipriano; VAS, Braz Batista. Percepções sobre ciberespaço e territorialidade digital: estudo exploratório com foco em aspectos socioculturais presentes na deep web e dark web. **Revista Observatório**, v. 5, n. 6, p. 272-304, 2019.

OLIVEIRA, Bruna Silveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Redes bolsonaristas: o ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 83-114, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Fettermann Rodrigues. As manifestações de 2013 no Brasil à luz da primavera árabe e de movimentos populares europeus. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 5, n. 2, p. 57-70, 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Campinas: Vide Editora, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. Planeta Estratégia, 2019.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 147-163, 2022.

RIBEIRO, Luís Guilherme Marques; LASAITIS, Cristina; GURGEL, Lígia. Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. **Anagrama**, v. 10, n. 2, 2016.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultura e cultura do ódio**: Crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Local: Editora, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Marco Aurélio Dias. A busca pela popularidade e a disputa entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Bolsonaro. **Revista Sinais**, v. 1, n. 24, 2020.

TEITELBAUM, Benjamim R. Guerra pela eternidade. In. TEITELBAUM, Benjamim R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual:** estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

---

**Recebido em:** 29 de fevereiro de 2024

**Aceito em:** 11 de abril de 2024

---